
CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO/CONFINAMENTO NO VALE DO ARARANGUÁ DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

CONCENTRATION CAMPS/CONTAINMENT IN ARARANGUÁ DURING THE SECOND WORLD WAR

João Henrique Zanelatto
Doutor em História - PUCRS
Professor do Curso de História -
UNESC
jhz@unescc.net

Renan Borges Gonçalves
Bacharel em História - UNESC
Professor SED/SC
renanbg123@hotmail.com

RESUMO: Os campos de concentração brasileiros representaram um dos inúmeros mecanismos repressivos do governo estado-novista, legitimado pelo estado de guerra na Europa no qual o país estava envolvido. Com a política da nacionalização e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra o nazi-fascismo, práticas culturais, políticas e econômicas de alemães, italianos, japoneses e seus descendentes passaram a ser combatidas. Perseguições, detenções, confinamento foram práticas comuns sobre estes grupos naquele período, por serem considerados inimigos de guerra e perigosos à segurança nacional. Pretende-se abordar a experiência do Brasil na prática dos campos de concentração/confinamento, ocorrida entre os anos de 1942 a 1945, quando foram criados ou adaptados vários estabelecimentos para esta finalidade. Procura-se enfatizar a repressão e a reclusão destinada aos estrangeiros do extremo sul catarinense, na localidade de Timbé do Sul, no Vale do Araranguá.

PALAVRAS-CHAVE: Repressão. Confinamento. Araranguá.

ABSTRACT: The Brazilian concentration camps represented one of numerous repressive mechanisms of the government of the so called Estado Novo [New State], legitimized by the state of war in Europe in which the country was involved. With the policy of nationalization and Brazil's entry into World War II against Nazi-fascism, cultural practices, policies and economic conditions of Germans, Italians, Japanese and their descendants came to be combated. Persecutions, arrests, confinement practices were common in that period on these groups because they were considered enemies of war and dangerous for national security. This article intends to analyze Brazil's experience in the practice of concentration camps/confinement, which occurred between the years 1942 to 1945 when there were created or adapted several establishments for this purpose. It seeks to emphasize the repression and the imprisonment of foreigners in the extreme south of Santa Catarina, in the town of Timbé do Sul, in the valley of the Araranguá.

KEYWORDS: Repression. Confinement. Araranguá.

Introdução

A Segunda Guerra Mundial, iniciada em setembro de 1939, foi sem dúvida o mais

importante evento político-militar do século passado. De alguma forma, vários países de todos os continentes estiveram envolvidos no conflito. O ano de 1942 marcaria o envolvimento direto do Brasil na guerra. Neste ano, o Brasil rompeu suas relações diplomáticas com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), declarando-os seus inimigos no conflito.¹ Assim, o governo Vargas assumia definitivamente o estreitamento junto aos Estados Unidos, tendo a possibilidade de redefinir suas “relações internacionais, e colocaria o país dentro do jogo de poder e alinhamento aos aliados” (FÁVERI, 1999, p.138).

A entrada do Brasil na guerra e o respectivo posicionamento contra os países do Eixo legitimaram a campanha de nacionalização e o combate aos estrangeirismos em seu território. As intervenções por parte das autoridades públicas brasileiras junto aos grupos considerados perigosos à segurança nacional e inimigos de guerra tornaram-se rotineiras e mais acirradas. Deste modo, alemães, italianos, japoneses e seus descendentes residentes em todo o Brasil foram alvos desta campanha, e atingidos pela repressão. Contudo, Gertz (2005, p.146) aponta que a nacionalização não atingiu todos os grupos com a mesma intensidade, pois essas ações foram variáveis de região para região, ou mesmo com aqueles membros pertencentes a um mesmo grupo, mas que eram de regiões diferentes.

No sul do Brasil, o significativo número de imigrantes de origem europeia, sobretudo, alemães e italianos chamava atenção das autoridades. Em Santa Catarina, devido à colonização intensa com esse grupo, o número só de alemães, segundo o censo do IBGE de 1940, era de pelo menos “10.791 alemães natos, vivendo majoritariamente conforme os costumes europeus, cultivando cultura e língua de origem” (FÁVERI, 1999, p.139). Assim, no estado catarinense notabilizou-se uma intensa repressão destinada a estes grupos de origem estrangeira, provocando profundas cicatrizes e mudanças em suas vidas.

A localidade de Timbé do Sul, no Vale do Araranguá foi um desses locais em Santa Catarina onde foram confinados talvez centenas de italianos e alemães durante a Segunda Guerra Mundial. A historiografia local, de maneira geral, quando nada menciona, traz apenas alguns poucos fragmentos sobre esta temática.²

¹ Segundo Gertz (1987) até 1938, o Brasil mantinha boas relações econômicas e políticas com a Alemanha, quando foram tomadas a nível nacional, mesmo que de forma branda e isolada, as primeiras medidas contra alemães e seus descendentes em relação as suas atividades culturais e políticas. Este cenário mudaria em janeiro de 1942 com o rompimento diplomático e, em agosto, sua entrada na guerra, iniciando efetivamente a retirada do “inimigo” de circulação através de prisões. Sobre a repressão aos alemães durante o Estado Novo nos anos de 1938 e 1942, ver também: (PERAZZO, 1999).

² Na historiografia local, pode-se observar alguns fragmentos que mencionam o confinamento em Timbé do Sul e a repressão aos grupos estrangeiros no sul catarinense, tais quais: (DALL’ALBA, 1997; FONTANELLA, 1991; SAVI, 1992). Ainda que o foco seja o confinamento e a repressão aos estrangeiros, a nível estadual em Santa Catarina, aponta-se o estudo de (FAVERI, 2005). A autora desenvolve e analisa alguns depoimentos orais sobre o confinamento em Timbé do Sul.

Neste sentido, este artigo busca evidenciar aspectos ainda pouco explorados pela historiografia a respeito do confinamento de imigrantes europeus e seus descendentes em Timb  do Sul, durante a guerra.

Na insuficiência de fontes escritas ou estudos sobre o tema, buscou-se, por meio de fontes orais, evidenciar memórias de pessoas que participaram daquele contexto, de um tempo que marcou vidas, “revelar experiências ‘não vistas’ porém pulsantes, cujas vivências caem facilmente na fr gua do esquecimento se não colhidas a tempo” (FÁVERI, 1999, p.138). Portanto, além da utiliza o de fontes documentais primárias (oficiais e não oficiais), e uma bibliografia conceitual a respeito do tema proposto, as fontes orais constituem uma base importante para esta pesquisa. Os depoimentos presentes neste estudo foram concedidos pelos senhores Hercílio Ferro, 82 anos, residente em Timb  do Sul, Iracy Scarabelot, 73 anos, de Turvo, e Luiz  ngelo Cirimbelli, 70 anos, também de Turvo.³

O Estado Novo, oficialmente instaurado no Brasil em novembro de 1937, permaneceu como regime político e ideológico até 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e deposi o de Getúlio Vargas da presidência da república. Eric Hobsbawm (1995, p.127) esclarece que com a ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, o fascismo é transformado em uma forte corrente política que influenciou, a nível mundial, a política da década de 1930. O sucesso da sua política expansionista militar conseguiu garantir sua esfera de influência naqueles países ou movimentos atraídos pelos fascismos da Alemanha e Itália, buscando inclusive o apoio dos mesmos.

Esses movimentos nacionalistas difundidos em alguns países da Europa, como Itália e Alemanha, nas décadas de 1920 e 1930, foram incorporados e endossados por intelectuais brasileiros da época, quando se buscou construir conceitos como brasilidade, nacionalidade e cidadania, no intuito de construir uma identidade brasileira, homogeneizando e consolidando uma cultura própria (MACEDO, 2007, 26). A repressão institucional implantada pelo governo Vargas após a instala o do Estado Novo assumiu vários níveis, atingindo toda a sociedade, procurando, principalmente, combater movimentos políticos e ideológicos contrários ao projeto homogeneizador pretendido pelo estado brasileiro da época.

Vários setores do governo Vargas estavam interligados com o objetivo de manter a vigilância e a manuten o da ordem, mantendo a soberania do Estado. Entre eles, estavam órgãos como as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e o Ministério da Justiça e

³ Entrevistas concedidas a e Renan Borges Gonçalves em 01/07/10 e em 24/09/10, nos municípios de Timb  do Sul e Turvo (SC).

Negócios Interiores, órgão responsável, por exemplo, pela administração dos campos de concentração no Brasil.

Nesta perspectiva, os campos de concentração brasileiros representaram mais um dos inúmeros mecanismos repressivos do governo estado-novista, legitimado pelo estado de guerra na Europa, no qual o país vivenciava. Com a nacionalização e a guerra, os elementos considerados estrangeiros presentes em seu território precisavam ser combatidos. Alemães, italianos e japoneses tiveram todas as suas práticas culturais, políticas, econômicas e costumes impedidos. Perseguições, detenções, confinamentos foram práticas comuns em relação a estes grupos, naquele período, por serem considerados inimigos de guerra e perigosos à segurança nacional.

A historiadora Priscila Perazzo (2009, p.83-87) aponta que enquanto a polícia desempenhava forte repressão aos alemães e a suas atividades, aos italianos reservou-se um tratamento mais brando, e foram pouco atingidos pelas ações nacionalistas.⁴

Outro fator que também vem a contribuir para esse abrandamento da repressão policial para com os italianos e descendentes, segundo Gertz (1987, p.17), pode estar no fato de que a cultura italiana, sendo relativamente semelhante à cultura predominante no Brasil, fez com que as divergências, se essas realmente existiram, foram menos problemáticas, quando comparadas à cultura alemã em contato com a brasileira.

Campos de concentração no Brasil e em Santa Catarina: algumas considerações

Ao se refletir sobre a utilização do termo campo de concentração, tende-se a remeter a um tipo de conceito estereotipado, enraizado no imaginário social associado diretamente àquele modelo de campos de concentração construídos principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, que ganha fortes contornos a partir dos exemplos vistos na Alemanha nazista. Como aponta Perazzo (2005, p. 40), o campo de concentração é um termo que se constituiu e passou a representar uma determinada situação num determinado contexto histórico, “quando não conseguimos, nos dias de hoje, designar o termo campo de concentração para outras experiências diferentes daquelas que aterrorizam a humanidade nos anos de 1940”.

⁴ A autora destaca que este abrandamento destinado ao tratamento de italianos se deu por alguns motivos: a própria falta de organização dos italianos facilitava o controle das autoridades sobre este grupo; as boas relações entre o governo brasileiro e italiano que se mantiveram mesmo nos tempos da guerra; a provável não pressão dos EUA, que não ocorrera com japoneses e alemães, e ainda a queda do governo de Mussolini, em 1943, o que posteriormente ocasionou neste mesmo ano, a rendição da Itália na guerra.

Portanto, a autora acredita que o termo campo de concentração se cristalizou no contexto da guerra a partir dos modelos de campos construídos pelo governo nazista, fato que “atualmente impede as pessoas de aceitarem o termo” para outros contextos ou situações diferentes daquelas vistas no nazismo alemão durante a guerra (PERAZZO, 2005, p.41).

Segundo Hannah Arendt (1989, p.490), os campos de concentração foram utilizados pela primeira vez no início do século XX, na Guerra dos Bôeres, na África do Sul. Conforme esta autora, os campos de concentração não foram uma invenção dos movimentos totalitários.⁵ Apesar disso, os campos de concentração foram instituições que se propagaram com maior rapidez e naturalidade durante a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, estas instituições legitimadas pelo autoritarismo do governo Vargas, começam a vigorar e ganhar legitimidade logo após a entrada do país na guerra, em 1942, quando os estrangeiros passaram a ser denominados “súditos do Eixo”, e foram fortemente perseguidos e presos pelo governo. Num período de crise nas relações diplomáticas entre Brasil e países do Eixo, a proposta de implantar campos de concentração inseriu-se não só num contexto em que o objetivo era isolar e excluir temporariamente os indesejáveis sociais, seja por afinidade ideológica (nazifascista), seja por descendência étnica (alemã, italiana ou nipônica), mas também uma prática que legitimava a campanha antinazifascista assumida pelo país no intuito de estreitar diplomaticamente os laços com os países Aliados, principalmente com os Estados Unidos da América. Assim, o país não só buscava entrar no jogo político internacional, mas também internamente, legitimando suas políticas repressoras na execução do projeto de construção do estado nacional (PERAZZO, 2009, p.38).

O acirramento da repressão contra os “súditos do Eixo” encontrou no contexto da guerra, um solo fértil para legitimar o funcionamento dos campos de concentração brasileiros.

As garantias da cidadania do estrangeiro foram cerceadas; seus bens foram confiscados, a locomoção controlada, a cultura drasticamente reprimida em suas dimensões cotidianas. Todos esses fatores foram vivenciados pelas colônias de estrangeiros do sul do Brasil que passaram a sofrer com o processo chamado de Nacionalização (PERAZZO, 2009, p.33).

Porém, a inserção dos Campos de Concentração na história do Brasil não se deu apenas no contexto da Segunda Guerra Mundial. Em outros períodos da nossa história é

⁵ Arendt define que o regime totalitário constituiu-se em uma nova forma de dominação com forte apoio da sociedade. Emergente no período de crise da democracia liberal, o totalitarismo buscava estabelecer a homogeneidade social, configurado pela existência de um único partido das massas, uma ideologia oficial e a promoção da violência. Sobre este assunto, ver (ARENDR, 1989).

possível perceber vários tipos de modalidades de campos de concentração, com a finalidade de retirar do meio social e confinar os indesejáveis (PERAZZO, 2009, p.33-35).

Essas diferentes modalidades de campos de concentração são abordados por Hannah Arendt (1989, p.493), segundo a qual existem três sistemas independentes de campos. Primeiro, aquele destinado aos grupos condenados ao trabalho forçado, que viviam em relativa liberdade, cujas sentenças são limitadas. Segundo, aqueles campos de concentração em que os homens eram explorados ao máximo em sua força de trabalho, quando o índice de mortalidade é muito alto. Terceiro, aqueles campos de aniquilação ou extermínio nos quais os internos eram sistematicamente exterminados pela fome e pelo abandono.

A partir destas distinções, Arendt (1989, p.493-496) classifica estes três sistemas independentes de campos de concentração em três tipos: o primeiro sistema corresponde ao que a autora chama de “limbo” que são “aquelas formas relativamente benignas que já foram comuns mesmo em países não totalitários, destinados a afastar da sociedade todo tipo de elementos indesejáveis”. O segundo sistema denominado por Arendt é o “purgatório” em referência aos campos de trabalho forçado da União Soviética, e, finalmente, o terceiro sistema chamado de “inferno”, “é representado por aquele tipo de campo que os nazistas aperfeiçoaram e onde toda a vida era organizada, completa e sistematicamente de modo a causar o maior tormento possível”, ou seja, este último é referente aos campos de extermínio da Alemanha.

Neste sentido, Priscila Perazzo (2009, p.33) aponta que os campos de concentração existentes no Brasil durante a Segunda Guerra se assemelham às práticas encontradas nos campos de concentração pertencentes à categoria do “limbo”.

Ainda segundo esta autora, independentemente da diversidade de características encontradas nos ambientes naquilo que se refere ao confinamento de indesejáveis no Brasil, não impede definir campo de concentração como aquele mecanismo de caráter autoritário que visa a afastar do meio social todo aquele cidadão “perigoso à ordem de segurança nacional” num ambiente em que o governo possa manter o seu controle absoluto (PERAZZO, 2009, p.36-37). A ideia de utilizar o termo campo de concentração para esses locais de confinamento destinados aos estrangeiros do Eixo aplica-se “sem se basear na existência ou não de maus-tratos aos prisioneiros, até mesmo porque não se pretende comparar ou dimensionar” com os confinamentos ocorridos nos campos de concentração nazista (PERAZZO, 200, p.37-38).

É possível perceber que este termo é usado de forma recorrente nessa época, nos documentos oficiais do governo, no discurso da imprensa, nos inquéritos policiais ou nos diálogos dos cidadãos.

Para que o sistema prisional do país pudesse suportar a nova demanda de detentos, instituições públicas, como as colônias agrícolas, escolas, asilos, hospitais, precisaram ser adaptados, criados, reformados e transformados em prisões para alojar essas pessoas de origem estrangeira.

Deste modo, nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas, é possível encontrar registros que foram criados ou adaptados estabelecimentos para aprisionar esses estrangeiros.⁶ Esses locais de internamento no Brasil durante a guerra possuíam características próprias e variáveis (PERAZZO, 2009, p.97).

Além daqueles que foram internados e sofreram todas as formas de repressão e confinamento, outras medidas contra imigrantes e descendentes dos países do Eixo foram tomadas pelo governo Vargas. Por medida de segurança nacional, os indivíduos estrangeiros residentes em zonas litorâneas foram afastados para o interior do país. Esses alemães, italianos e japoneses, mesmo não sendo presos e mandados para campos ou detidos pela polícia, tiveram suas liberdades cerceadas, sua locomoção restringida, caracterizando assim outra forma de repressão promovida pelas autoridades governamentais (PERAZZO, 2009, p. 100).

A justificativa desses afastamentos forçados defendidos pelo governo brasileiro, segundo Macedo (2007, p.216), foi uma medida preventiva, quando essas pessoas de origem estrangeira apontados como suspeitos poderiam, supostamente, sabotar o país através da passagem de informações acerca dos navios que pelo litoral brasileiro navegavam. Neste sentido, Timbé do Sul seria um desses inúmeros locais escolhidos pelas autoridades a receber, durante guerra, alemães, italianos e seus descendentes advindos de várias outras localidades,

⁶ Sobre esses locais ver (PERAZZO, 2009). Em síntese, a autora aponta em seu estudo para onze campos de concentração espalhados pelo Brasil, com algumas características em comum entre eles: a formação dos campos de concentração se estabeleceu após a entrada do país na guerra, em agosto de 1942; formaram-se devido à falta de estrutura do sistema prisional do país para alojar todos os imigrantes e descendentes presos; foram denominados campos de concentração independentemente das suas características e peculiaridades, tanto no aspecto do tratamento aos seus internos quanto a sua estrutura física; os presos eram majoritariamente de origem alemã, seguidos de italianos e japoneses. Eram presas aquelas pessoas que tivessem envolvimento com atividades políticas ou qualquer outro tipo de atividade entendida como subversiva; estes estabelecimentos eram precários e pouco higiênicos, e a alimentação era controlada e por vezes insuficiente; as correspondências eram censuradas e foram libertados após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

possivelmente da própria região sul catarinense. Na época, Timbé do Sul era uma pequena comunidade formada, principalmente, por algumas poucas famílias italianas ali estabelecidas na segunda década do século XIX, e que fazia parte do distrito de Turvo, que por sua vez, era pertencente ao município de Araranguá.

Naquilo que tange a Santa Catarina, havia dois locais denominados campos de concentração que merecem destaque: a Seção Agrícola da Penitenciária de Trindade, em Florianópolis, e o Presídio Oscar Schneider, em Joinville. No estado, são estes dois locais que possuem a maioria dos registros documentais. De acordo com Macedo (2007, p.203), isso se deve ao fato de serem os únicos do estado a receberem visitas da Embaixada Espanhola e da Cruz Vermelha Internacional⁷, ambos com o maior número de presos, tornando-os, por isso, locais de muita visibilidade.

Fora os campos de Trindade e Oscar Schneider, há registros de vários outros locais improvisados e destinados ao afastamento e internamento de estrangeiros dispersos em Santa Catarina. Os municípios de Bom Retiro, Timbé do Sul, Lages, São Joaquim e Rio do Sul recebiam presos por motivos de segurança nacional. Outros eram ainda recolhidos em “cadeias comuns em diferentes lugares como Rancho Queimado, Canoinhas e São Bento do Sul, e dependendo das condições do detido e da ordem policial, podiam inclusive ficar em casas de parentes, desde que vigiados” (FÁVERI, 2005, p.261). O município de Porto União também recebeu durante a guerra “os casos considerados mais graves, quando os interrogados eram entregues a alçada militar” (ZAGO, 2007, p.92-93), e enviados para o batalhão sediado naquele município ou ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Florianópolis. Praticamente inexistem documentos escritos ou qualquer outro tipo de registro, restando a estes “outros locais” as memórias daqueles que vivenciaram aquele tempo.

Deve-se lembrar que mesmo fora destes ambientes de confinamento, em suas comunidades, residências, italianos, japoneses e, principalmente, alemães, sofriam várias formas de violência, castigos físicos, ofensas, subornos, chantagens, confisco de bens materiais de todo o tipo, ressignificando e alterando o cotidiano das pessoas.

⁷ Durante o Estado de beligerância, os prisioneiros de origem estrangeira no Brasil, de maneira geral, tiveram a assistência humanitária de sociedades e instituições internacionais. A Cruz Vermelha Brasileira e o Comitê Internacional da Suíça e da Suécia, que desde o rompimento do Brasil com os países pertencentes ao Eixo cuidavam dos interesses de alemães, italianos e japoneses em território brasileiro, fato evidenciado através de relatórios das visitas aos campos, seguindo acordos internacionais de proteção sobre os direitos humanitários para internos civis em tempos de guerra, conforme estabelecido pela Convenção de Genebra, em 1929. A Embaixada Espanhola inicialmente era responsável pelos interesses de alemães e japoneses. Em 1945, o encargo foi passado à Suécia. Esta discussão sobre os intermediários do diálogo é feita por (PERAZZO, 2009, p.277 e segs).

O confinamento de alemães e italianos e seus descendentes em Timbé do Sul

Timbé do Sul era uma pequena vila situada aos pés da Serra da Rocinha, no extremo sul de Santa Catarina. Pertencente ao distrito de Turvo, em Araranguá, Timbé do Sul encontrava-se a cerca de 50 km da sede do município – Araranguá – e a 270 km da capital Florianópolis.

Os indícios sugerem que não havia um lugar específico em que esses estrangeiros ficavam confinados. De maneira geral, encontravam-se “espalhados” em Timbé do Sul. Porém, as condições geográficas do lugar dificultavam qualquer tentativa de fuga por parte dos presos, além de ser bem afastado e de difícil acesso como desejavam as autoridades. No entanto, algumas narrativas apontam onde essas pessoas ficavam confinadas, como diz o senhor Hercílio Ferro, italianos e alemães ficavam confinados em lugares diferentes, os “italianos ficavam tudo aqui, porque tinha o Felipe Neto, o Rovaris, e tinha os Savi [...] paravam na casa dessa gente de origem italiana e aí ficavam...”, enquanto os alemães:

nós temos aqui o Molha Côco, um lugarzinho aqui perto. Tinha um alemão aqui, Fritz Becker. Ninguém entendia o alemão aqui, porque eles vieram lá da Itoupava [...]. Então esses imigrantes alemães vieram de lá, como não havia alemão aqui, era só aquele lá, ficaram lá, na casa dele e ficaram durante um tempo. Também não foi muito tempo não (FERRO, 2010).

As memórias citam Itoupava, uma comunidade no interior de Araranguá, como sendo a principal colônia alemã do Vale, lugar em que se instalaram ao longo das primeiras décadas do século XX várias famílias daquela nacionalidade. Como se verá adiante, as memórias apontam que os alemães confinados em Timbé do Sul eram todos residentes em Itoupava. Esses afastamentos da zona litorânea para o interior estavam previstos pela Constituição de 1937, artigo 168.⁸

Sobre o motivo das detenções em Timbé do Sul, o senhor Iracy Scarabelot (2010) esclarece que aqueles italianos e alemães eram “tudo pacífico! Que perigo?! Quatro, cinco famílias aqui. Se eles se reunissem, fizessem palestras, mas não, eles só iam trabalhar. Provalhecimento dessa gente. O negócio aqui era provalhecimento dessa gente”. As denúncias constituíam no fator determinante que ocasionava a prisão daqueles estrangeiros, sendo as

⁸ Este artigo previa a detenção em edifício ou local não destinados a réus de crime comum, desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir. BRASIL. *Constituição de 1937*. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acessado em: 09 de set. de 2010.

mesmas realizadas, por vezes, pelos próprios vizinhos, pessoas buscando tirar proveito da situação pouco favorável na qual se encontravam os estrangeiros no país. Em nível local, essas disputas eram mais acirradas, o que ocasionava muitas desavenças. O momento era ideal para buscar a vingança, a revanche sobre o outro, e a denúncia passou a ser sua arma.

Naquele período, as prisões baseavam-se na lógica da suspeição, sendo que qualquer coisa poderia servir como motivo para incriminar o ‘inimigo’, ou seja, primeiro buscava-se prender e depois investigar se o preso tinha ou não culpa.

Com riqueza de detalhes, o senhor João Francisco Arnold descreve em seu texto memorialístico o dia em que seu pai foi intimado pela polícia, e, depois, quando vai para o confinamento em Timbé do Sul:

Pelo Decreto, nenhum alemão ou italiano poderia permanecer dentro de uma faixa de quarenta quilômetros em nossas fronteiras, e deveria ser removido mais para o interior, em local determinado, onde ficaria confinado, até o final da guerra, e eu me lembro muito bem do dia em que, dois policiais militares, uniformizados e portando fuzil, chegaram a nossa casa lá na beira do rio Itoupava, procurando pelo meu pai. Eles falaram comigo, eu lhes disse que estava doente, de cama, eles mandaram chamar, ele levantou e os recebeu em nossa sala, e eles lhes entregaram a ordem judicial que determinava a ida, no dia seguinte, até a Delegacia de Polícia de Araranguá, a fim de fazer um salvo conduto, e munido deste, em dia marcado, se apresentar a Polícia de Lages, Curitiba ou Bom Retiro, onde ficaria confinado até segunda ordem. Eu tinha na ocasião 13 anos de idade, nós morávamos lá na costa do Rio Itoupava, meu pai estava doente, de cama, quando chegaram dois policiais militares, fuzil na mão, baioneta calada, querendo falar com meu pai. [...]. O pai doente, asmático incurável, a mãe grávida de oito meses (ou nove), um monte de crianças pequenas, pobreza extrema, tudo esfarrapado, de pé no chão, barriga cheia de vermes, sem dinheiro sequer para comprar o mínimo necessário até para sobreviver, sem saber como fazer para chegar a um dos locais acima indicados, foi um desespero, um Deus nos acuda. Mas Lei é Lei, tem que ser cumprida, e no dia seguinte, eu como intérprete, pois o pai não falava brasileiro, fomos juntos com outros alemães à Delegacia de Polícia de Araranguá, e até frente ao Juiz de Direito, para fazer um salvo conduto, documento indispensável para a viagem, e saber como fazer, de onde tirar dinheiro para viajar, e coisas deste gênero, aí o nosso Juiz de Direito, vendo o absurdo da situação, determinou que o local do confinamento fosse mudado para Timbé do Sul, na Serra da Rocinha, o que ficava bem mais fácil, bem mais perto, a condução por conta própria e o resto, alimentação, igualmente por conta de cada um. Assim, [de] forma resumida, ocorreram os fatos. Os confinados se reuniram e decidiram viajar todos juntos, em duas carroças, e como o local da parada deles lá ficou por conta deles, decidiram ir morar nas terras [...], numa encosta do morro, derrubaram o mato, para o plantio do milho, lavoura esta que foi feita, e mais adiante, quando eles ganharam a permissão para esperar o fim da guerra em suas casas (ARNOLD, 1986, p.46-48).

O senhor João Francisco Arnold nasceu no Brasil, era filho de alemães natos imigrados para o país em 1924. Filho mais velho de Franz e Edwig, decide traduzir as anotações que seu tio, irmão de seu pai, Herman Arnold, fazia em língua alemã; João escreve algumas de suas próprias memórias do período de sua juventude, compilando ambas num único documento.

Em Araranguá, a comunidade alemã de Itoupava, como sugerem os indícios, era naquela época um pequeno núcleo simpatizante do nazismo e da Alemanha. Sobre os prováveis motivos da detenção de seu pai e demais indivíduos daquele lugar, o senhor Arnold (1986, p.53) relata:

No dia anterior a viagem dele, a Polícia esteve mais uma vez em nossa casa à procura de algum material subversivo, ou quem sabe, de grande risco para segurança nacional, e confiscaram todos os escritos em língua alemã, livros, revistas, jornais, tudo e até cartas que meu pai recebia da Alemanha, de seus parentes, escapando apenas uns poucos livros que eu havia guardado no paiol, e entre estes um *Liederbuch* editado pelo Partido Nacional Socialista da Alemanha, e que todos os confinados haviam comprado para poderem cantar em suas reuniões no clube dos hinos de louvor ao Reich.

Cabe ressaltar que naquele período, padres e delegados dividiam o poder local nas comunidades, exercendo forte influência sobre o restante das pessoas daqueles lugares. Os padres e os pastores eram próximos do cotidiano das pessoas, sendo respeitados como autoridades (FÁVERI, 2005, p.157).

Para que se possa perceber um pouco melhor a situação no Vale do Araranguá e região sul referente à repressão aos grupos perseguidos no período da Segunda Guerra Mundial, evoca-se a análise de uma circular remetida em dezembro de 1942 pelo diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do Rio de Janeiro, Dr. Augusto César Lobo, aos delegados de 40 municípios catarinenses. Essa circular, constituída por um questionário de 79 questões, procurando obter várias informações a respeito da vida dos imigrantes e seus descendentes: eram informações sobre as atividades sociais, econômicas, políticas e culturais dessas pessoas em solo catarinense.

Para os fins desta pesquisa, foram analisados os questionários enviados para os delegados dos oito municípios da região sul catarinense da época. Para que se possa ter uma noção sobre o conteúdo deste documento, faz-se necessário expor algumas de suas questões mais relevantes.

Segundo as informações contidas nesse documento, quando se levanta a seguinte questão sobre a segurança nacional e o policiamento dos suspeitos, “há no município

estrangeiros suspeitos de atividades contrárias ao regime político nacional, ou nocivos aos interesses e a segurança do país?” (CIRCULAR, 1942, p.8). Usa-se como referência a resposta preenchida pelo delegado do município de Araranguá, Elói José Rosa, o qual destaca que o pastor da Igreja Luterana de Itoupava, Fritz Göhering, era suspeito de exercer atividades contrárias ao regime político nacional (CIRCULAR, 1942, p.4-8). Morador de Itoupava, Fritz Göhering teve sua igreja fechada e sua casa vasculhada, “pegaram-lhe as fotografias trazidas da Alemanha, fizeram um monte no pátio, puseram gasolina e queimaram em sua presença” (DALL’ALBA, 1997, p.64).

Inicialmente, o pastor foi mandado para o confinamento em Timbé do Sul, posteriormente foi encaminhado à Penitenciária de Trindade, em Florianópolis. Seu nome aparece numa lista de nomes de alemães ligados às atividades do Partido Nazista e internados na capital do estado catarinense, nos anos de 1940. De todos os nomes encontrados nesta lista, Fritz Göhering consta como sendo o único residente de um município do sul catarinense (Araranguá), acusado pelas atividades praticadas de filiação ao Partido Nazista; desenvolvimento de atividade política em comum acordo com o consulado alemão em Florianópolis, além de ter chegado ao Brasil em 1935 (FÁVERI, 2005, p.505-508). Assim sendo, os indícios sugerem que o pastor Fritz Göhering era simpatizante do nazismo, ou mesmo nazista assumido, e mantinha contato com a Alemanha.

Durante o período das perseguições, o acirramento para com os pastores evangélicos foi mais intenso que aos clérigos católicos, quando eram impossibilitados de negociar, caso fossem denunciados de algum delito, podendo ser processados pelo Tribunal de Segurança Nacional, ou mesmo enviados para locais de confinamento. Segundo Fáveri (2005, p.155), entre os clérigos católicos e evangélicos de origem estrangeira houve grande resistência, pois, mesmo proibidos, continuavam a celebrar suas prédicas religiosas em língua estrangeira, o que era proibido pelo artigo 16 do Decreto-lei 1.545/39.

A proibição de rezar em língua estrangeira em público, rompeu práticas tradicionais, uma vez que a igreja constituía um dos principais locais de sociabilidade daquelas comunidades, “nunca me esqueço, meu avô e esse pessoal, queriam ir à missa. Mas não sabiam falar português”, enfatizou o senhor Iracy Scarabelot (2010) sobre a proibição de celebrar missas em italiano. A igreja era um local de sociabilidade daquelas comunidades, onde todos se reuniam nos finais de semana. Como afirma Savi (1992, p.87), “as autoridades policiais chegaram ao extremo ao proibirem a reza do terço em latim, nas capelas, confundindo-o com o italiano”. Com isso, a vigilância a esses espaços tornaram-se constantes,

já que essas aglomerações de estrangeiros sempre geravam desconfianças, motivos de sobra para ocasionarem denúncias.

Sobre as relações entre Igreja Católica e Protestante Luterana em Araranguá, o senhor Luiz Cirimbelli (2010) diz que: “Eu lembro que o nosso pároco criticava muito a postura e as mensagens que o pastor aqui de Araranguá, não sei quem era, pregava, por isso ele criticava muito”. O pastor de Araranguá ao qual remete o depoente, provavelmente era o alemão Fritz Göhering da Igreja Luterana da Itoupava, tal fala pode servir de exemplo para elucidar como eram essas relações entre as igrejas naquela época.

Retomando a análise da circular de 1942, observa-se que além do pastor Göhering, Gustav Blumme também é citado pelo delegado de Araranguá, acusado de exercer atividades contrárias ao regime político nacional, considerado nocivo à segurança do país (CIRCULAR, 1942, p.8).

Segundo o texto memorialístico do senhor João Francisco Arnold, informação também verificável na circular de 1942, Gustav Blumme era um ex-oficial aposentado do exército alemão, participou da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, pela Alemanha, imigrando para o Brasil depois deste conflito. Em Itoupava, era o líder comunitário e representante consular da colônia (ARNOLD, 1986, p.52). No livro *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*, é possível encontrar o relato da senhora Hilda Brillinger, de Turvo, afirmando que Gustav Blumme é nazista (FÁVERI, 2005, p.251).

Ainda sobre Gustav Blumme e os alemães residentes em Itoupava, o texto de João Francisco Arnold enfatiza:

Praticamente todos os imigrantes eram assinantes do jornal semanário em língua alemã, ou recebiam regularmente jornais e revistas diretamente da Alemanha. Tinham ainda a seu favor uma biblioteca com mais de mil volumes de livros para todos os gostos, e que ficava aos cuidados do seu representante consular aqui em Itoupava II, o Sr. Gustav Blume. Os alemães residentes aqui no Brasil, [...] se sentindo mal aceitos pelo povo nativo da região, vendo os prodigiosos progressos que o *Führer* conseguia, passaram a venerá-lo, e não foram poucos os que se inscreveram no “partido” do seu herói, e como o número de inscrição no partido mandava [??] muito, com os números mais baixos levando privilégios, a pressa de se inscrever aumentava, e em pouco tempo tínhamos aqui em Itoupava II um núcleo de valorosos defensores das ideias do seu fantasioso *Führer*. E estes coitados seguidores das ideias malucas do seu celerado chefe, as únicas coisas que conseguiam era aumentar a animosidade dos seus vizinhos nativos, e nós, as crianças, pagávamos a nossa parte (ARNOLD, 1986, p.27-36-37).

A partir destes indícios, pode-se fazer algumas considerações. Na localidade de Itoupava, pode ser verificado o surgimento de um pequeno núcleo simpático à Alemanha. Filiar-se ao Partido Nazista foi uma forma de manter laços estreitos com o seu país de origem. Numa comunidade em que dois dos principais líderes comunitários são apontados como contraventores da ordem, não é difícil sugerir que possivelmente todos (ou quase todos) os alemães de Itoupava foram presos e enviados para Timbé do Sul, ou qualquer outro local de confinamento. Para agravar a situação, praticamente todas as famílias eram adeptas do luteranismo, considerado por algumas autoridades brasileiras uma religião “desnacionalizadora”. Para autoridades do estado catarinense, segundo Amorim (2000, p.81-82), a ameaça consistia na ideia de que a igreja protestante funcionava como uma intermediária para divulgar a doutrina do Partido Nazista.

Ao analisar todas as circulares preenchidas pelos delegados dos municípios do sul de Santa Catarina, o documento de maneira geral, sugere que a região suscitava certos cuidados naquilo que se refere aos estrangeiros em suas atividades sociais, econômicas, políticas e culturais. O questionário evidencia ainda a preocupação do governo Vargas para com a região.

Em Araranguá, temendo uma invasão alemã, formaram-se grupos de alertadores durante a guerra. Rivarol Gerhardt fala que “era proibido acender luzes à noite, porque do mar poderiam ver a claridade da cidade. Cada setor tinha três elementos que iam fazendo períodos de ronda. [...] ficava-se observando o movimento de gente estranha que aparecia” (DALL’ALBA, 1997, p.76). Como se pode observar, a população, aderindo à propaganda oficial do estado, agia em sua defesa, não só fazendo a vigilância, mas também pronta para delatar às autoridades designadas qualquer fato estranho por parte dos estrangeiros.

Outro motivo que originava denúncias era ser proprietário de aparelhos de rádios transmissores. Os proprietários de rádio tornavam-se alvos fáceis de acusação, pois havia o temor por parte das autoridades de que estes estrangeiros que possuíam aparelhos de rádio pudessem se comunicar com a Alemanha e Itália por meio de navios ou submarinos que estivessem na costa marítima brasileira. Sobre isso, seu Hercílio Ferro (2010) comenta:

Caravaggio, Urussanga Alta pra cima, aqueles Jordão e pra cima ali, era tudo italiano. Ali tinha muito rádio amador, e eles vinham pra beira mar, pra se comunicar com os navios que passavam. Quantos rádio-amador prenderam. Ai em Araranguá, Itoupava teve também, levaram. Mais na época era só rádio, e muito ruim. Isso vinha tudo importado.

Em Itoupava, as pessoas se reuniam para ouvir o primeiro rádio que havia chegado naquela comunidade, tido até então como uma grande novidade caracterizando aglomerações:

o primeiro aparelho de rádio, comprado pelo Sr. Walter Hahn: vinha gente de longe, a casa se enchia, todos curiosos para ver o “caixão que fala”, e escutar as músicas que este aparelho soltava [...]. E os discursos então, dos dois ditadores, Getúlio Vargas e Adolf Hitler: que sensação, e quanta gente ia lá no “seu” Walter, para escutar, embevecido e cheio de fervor patriótico (ARNOLD, 1986, p.38).

Havia desde 1938 proibições em torno dos ajuntamentos de pessoas em locais públicos ou mesmo privados (FÁVERI, 2005, p.345), assim a transmissão de programas de rádio em língua alemã também era proibida, o que também não quer dizer que os estrangeiros não burlassem as leis para poderem ouvir aquilo que quisessem no rádio.

Denúncias, revanchismos, picuinhas pessoais, rivalidades, antigos desafetos, as relações pouco amistosas das diferentes religiões, a proibição da fala, possuir rádio, manifestar-se contrário ao regime político do governo brasileiro, ou simplesmente ser estrangeiro, motivavam as perseguições e as detenções em diversas partes do país.

A respeito da vigilância e do policiamento dos confinados em Timbé do Sul, o senhor Iracy Scarabelot (2010) comenta que “não havia ninguém pelo o que eu sei guarnecendo os caras lá”. Seu Hercílio Ferro (2010), enfático responde: “Não tinha nada. Quando eles tiveram aqui não tinha policiamento. Vinham ali no Turvo, até no Turvo, depois voltavam”.

Devido à localização de difícil acesso, as memórias apontam que policiamento em Timbé do Sul era pouco presente, como se encontra também em Dall’Alba, a seguinte narrativa: “Foram diversos os alemães de Itoupava que foram submetidos ao confinamento [...]. Era um confinamento muito secreto. Não se tinha notícias. [...]. Creio que não havia militares lá tomando conta. Só controlavam daqui mesmo” (1997, p.101). Contudo, mesmo os estrangeiros que permaneciam em “liberdade”, periodicamente deviam apresentar-se ao Inspetor do Quarteirão – responsável pela obtenção da assinatura dos estrangeiros (presos ou não) – ou às delegacias próximas, mas em caso de ausência nas apresentações, eram detidos. Pode-se observar no texto de João Francisco Arnold que,

em Timbé do Sul, que naqueles tempos se chamava Curtiçeira, perto do Distrito de Turvo [...]. Os alemães lá internados eram em número de 12. [...] ficaram por cerca de um mês, quando receberam ordem de cumprirem o resto do tempo em que durasse a guerra, em suas casas, devendo apresentar-se todos os sábados na Delegacia de Polícia mais próxima, sendo que os que escolheram para se apresentarem em Turvo, tiveram mais sorte: O Delegado de lá, Luiz Cirimbelli, ele próprio descendente de imigrante italiano, dispensou a apresentação de todos que fossem trabalhar, que já estavam

apresentados, e meu pai nesta também levou azar, pois escolheu para si a Delegacia de Araranguá, e lá não teve colher de chá. Todos os sábados, às nove horas, precisou estar lá junto com os demais, e o único que ousou faltar duas vezes seguidas, o Sr. Fritz Kessler, foi mandado de volta para Timbé, só retornando depois da guerra passada (ARNOLD, 1986, p.51-52).

Embora muitos fossem presos imediatamente, dependendo das suas relações interpessoais, podiam recorrer a amigos ou conhecidos que pudessem amenizar as consequências das suas detenções ou punições. Vale ressaltar que no período da guerra, Luiz Cirimbelli, de origem italiana, era o delegado de Turvo. No texto memorialístico do senhor João Arnold, é mencionado que o fato do delegado ser de origem italiana acabava amenizando as medidas contra os italianos (1986, p. 51-52), contudo isso não quer dizer, necessariamente, que os estrangeiros dessas relações estivessem isentos de medidas repressivas.

Em relação ao tempo de detenção, os indícios apontam para poucos meses de confinamento, são apontados intervalos de um a cinco meses, sendo que alguns permaneceram confinados até o fim da guerra. Portanto, não se pode afirmar com maior precisão a quantidade de meses exatos que permaneceram confinados em Timbé do Sul, e muito menos o número de presos que estiveram lá.

Em relação ao tratamento destinado aos presos, destacam-se duas versões: primeiro, são enfatizadas as boas relações entre moradores locais e os presos de origem italiana, “eles vinham, jogavam canastra, o italiano cantava o italiano a noite inteira, jogavam molha e estavam bem à vontade. Pior é o alemão que ninguém entendia” (FERRO, 2010).

Em Dall’Alba (1986, p. 64), pode-se encontrar mais vestígios dessa versão: “Meu sogro, o José Mezzari também foi. Dizia ele que passou uns três meses jogando bochas”. Ou ainda: “ficaram lá algum tempo, trabalhando, ajudando, tomando, contando história” (DALL’ALBA, 1986, p.310-311).

Contudo, outra versão pode ser encontrada na narrativa da senhora Maria de Lima, em entrevista a Marlene de Fáveri (2005, p.249-250), quando apresenta outra característica possível no tratamento aos confinados de Timbé do Sul. Quando seu marido foi preso, “colocaram de castigo, era obrigado a trabalhar, colher milho, arroz, cavar buraco”. Sobre isso, o senhor Iracy Scarabelot (2010) acrescenta: “Aqui no Timbé, eles não ficaram presos, detidos, ficaram fora da região, eles ficaram lá trabalhando”.

Essas narrativas merecem algumas reflexões: levando-se em consideração que não havia policiamento acirrado em Timbé do Sul, fica evidente que mecanismos para burlar as leis eram criados, quando se fala que “jogavam baralho, bocha, cantavam”, pode ser que

tenham sido formas e maneiras de driblar as proibições – uma vez constatado que os confinados se misturavam aos civis comuns, dificultando identificar quem era confinado e quem era morador. Ou ainda, pode ter sido um recurso utilizado pelos presos na época ao retornarem do confinamento para se isentarem de respectivas novas repressões, ou seja, usavam o discurso do “bom tratamento” para evitar maiores problemas com as autoridades.

Todavia, em nenhuma das narrativas ou fontes pesquisadas aparecem indícios de que os italianos confinados em Timbé do Sul tivessem recebido maus tratos ou algum tipo de violência física, porém, em relação aos alemães, mesmo não ficando muito claro nos relatos, não se descarta esta hipótese. Marlene de Fáveri (2005) aponta que entre os italianos a tortura é lembrada mais como ameaça, diferentemente do que aconteceu com alemães.

Independentemente das atividades exercidas pelos internos em Timbé do Sul durante seu período de detenção, o motivo pelo qual foram detidos, os tempos de perseguição e confinamento, transformaram vidas de homens e mulheres, crianças e idosos imigrantes ou descendentes de alemães e italianos. A retirada forçada de suas residências e de seus municípios, deixando para trás a família, os negócios e bens materiais, implicando não só no cerceamento de suas liberdades individuais, representando o confinamento em Timbé do Sul, mais uma das inúmeras práticas de repressão contra os imigrantes e descendentes italianos e alemães utilizados pelo governo de Getúlio Vargas, durante a Segunda Guerra Mundial no Brasil.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Aluizio Batista. *Nazismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2000.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 9ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição de 1937. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acessado em: 09 de set. de 2010.

DALL’ALBA, João Leonir. *Histórias do Grande Araranguá*. Araranguá (SC): Gráfica Orion Editora, 1997.

_____. *Colonos e mineiros no grande Orleans*. Ed. Instituto São José: Florianópolis (SC). 1986.

_____. *Imigração italiana em Santa Catarina*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983.

FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre Ontem e Amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.

_____. A guerra interna (integralismo, nazismo e nacionalização). In: BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis (SC): Livraria e Editora Obra Jurídica, 1999, p. 167-198.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. UNIVALI; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

_____. Outras falas: Memórias de Guerra. *Revista Esboço*. Florianópolis: Editora da UFSC, v. 7, p.137-145, 1999.

FONTANELLA, Padre Herval. *Jacinto Machado: Capital da banana*. Tubarão: Dehon, 1991.

GABRIEL, Rosa Maria C. *O integralismo no Rio Jundiá*. Monografia (Especialização em História). Criciúma (SC): Universidade do Extremo Sul Catarinense, 1993.

GERTZ, René. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo (RS): Ed. UPF, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas (SP): Papirus, 1986.

MACEDO, Janaína Santos de. *Campos de Concentração em Santa Catarina e conflitos envolvendo alemães e descendentes durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

MENDES, Simoni. Nacionalismo e assimilação étnica alemã em Santa Catarina. *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 1, p. 36-44, 2009.

OLIVO, Marineusa Doerner. *“Rio do Sul vai à guerra” – Memórias de ex-combatentes e outras histórias*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2000.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Mais Histórias de uma (outra) guerra: Campos de Concentração no Brasil para “Súditos do Eixo” durante a Segunda Guerra Mundial. *Fronteiras – Revista Catarinense de História*, Florianópolis: UFSC, nº 13, p. 25-41, 2005.

_____. *Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp. 2009.

_____. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Traduzido por Dora Rocha Fleksman. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade social. Traduzido por Monique Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-201, 1992.

SABINO, Anselmo Teles. *As fileiras do integralismo em Araranguá (1934 – 1938)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Florianópolis: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2005.

SAVI, Hilário. *Timbé do Sul: um pouco de sua história*. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

SILVA, Walburga Arns. *Saga de uma família teuto-brasileira*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1998.

THOMPSON, Paul. *A Voz do passado: história oral*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZAGO, Denise. *A campanha de Nacionalização em Videira: “um tempo para ser esquecido”*. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo (RS), 2007.

ZANELATTO, João Henrique. *De Olho no Poder: o Integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas*. Criciúma: Ediunesc, EdIPUCRS, 2012.

Fontes Documentais

Circular remetida aos municípios catarinenses pelo diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, dezembro de 1942. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

ARNOLD, João Francisco. *Manuscritos Pessoais*. Araranguá, março de 1986.

Entrevistas

FERRO, Hercílio. 81 anos. Entrevista concedida a Renan Borges Gonçalves em 1.º de julho de 2010. Timbé do Sul (SC).

CIRIMBELLI, Luiz Ângelo. 70 anos. Entrevista concedida a Renan Borges Gonçalves em 24 de setembro de 2010. Turvo (SC).

SCARABELOT, Iracy. 73 anos. Entrevista concedida ao autor a Renan Borges Gonçalves em 24 de setembro de 2010. Turvo (SC).

ARTIGO ENVIADO EM: 31/10/2012
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 06/06/2013